

Três mundos possíveis

Álvaro de Vasconcelos, Director, IEEI

Demarcando-se da visão francesa, Tony Blair afirmou há dias que «alguns querem o chamado mundo multipolar... a minha noção é que precisamos de um poder unipolar, que integre uma parceria estratégica entre a Europa e a América...» Declaração surpreendente, logo a seguir à guerra do Iraque, por contrariar a tradicional recusa britânica da unipolaridade, que do equilíbrio de poderes fez sempre a regra de ouro para impedir a hegemonia na Europa. Faz parte do senso comum europeu tomar a construção de um mundo multipolar pelo grande desígnio da União, como se fosse condição de uma sua subida à cena internacional com visão e vontade própria.

Jacques Chirac tem sido o maior propagandista da multipolaridade, sobretudo quando visita países que, na sua óptica, estão destinados a constituir pólos mundiais: a Rússia, a China, a Índia, e também o Brasil ou o México. Aos olhos da maioria dos dirigentes europeus, mesmo os que não sonham com uma União superpotência, a preferência pela multipolaridade, como condição do multilateralismo, revela simples bom senso e visa garantir a nível internacional o princípio do equilíbrio. Como diz Raymond Aron, esta preocupação é de sempre: «nunca um Estado deve ter tal poder que os Estados vizinhos sejam incapazes de defender contra ele os seus direitos». Um Estado que use a força de forma unilateral acabará fatalmente por criar uma coligação de forças contrárias. De certa forma, assim aconteceu na crise do Iraque. A política americana, por ser levada a cabo por uma potência democrática, não cria menos anticorpos quando quer impor a sua vontade aos demais, sobretudo nos países democráticos cuja legitimidade radica na soberania popular, a que só podem sobrepor-se princípios e normas de ordem superior, livremente aceites.

A unipolaridade transformada em política de Estado, ou seja, o unilateralismo, será sempre factor de instabilidade e desordem internacional. O poder americano, nomeadamente o militar, não tem rival. Exactamente por isso, tem que ser usado com parcimónia e enorme respeito pelo direito internacional. Pretender que a União Europeia se agregue aos Estados Unidos num pólo internamente democrático, indiscutivelmente com força suficiente para impor ao Mundo a sua lei, só agrava a assimetria e reforça a ideia de que há uma estratégia do Ocidente contra o resto, alimentando todos os fanatismos.

Recusar a unipolaridade não leva porém fatalmente à defesa da multipolaridade. Um sistema de equilíbrio das potências não é, no mundo de

hoje, uma proposta realista nem válida para a política internacional da União Europeia. Reconstruir o sistema que ruiu com a primeira guerra mundial e que a Sociedade das Nações não conseguiu transformar num sistema assente em regras e normas comuns? Foi esse fracasso que, depois da segunda guerra mundial, levou à criação da Comunidade Europeia, deslegitimando a política de potência. A União, como espaço de direito supranacional e que por isso nunca será uma superpotência, é a alternativa à multipolaridade ancestral que nunca impediu as guerras europeias. Por isso deve preconizar, não a ordem mundial multipolar, mas sim multilateral: a que sustenta o primado da lei internacional, das normas e das regras comumente aceites e centradas na defesa dos direitos dos cidadãos.

Tanto a unipolaridade como a multipolaridade, que se referem à distribuição do poder entre os Estados, podem sustentar uma ordem multilateral, que não depende do poder mas do seu uso. Pugnar por uma das duas corresponde justamente a visões diferentes das relações com os Estados Unidos. Os que querem a unipolaridade são os mesmos que acham que a Europa não deve afirmar-se autonomamente mesmo quando os Estados Unidos se afastam da norma comum. Praticam o alinhamento automático, que, simplificando, foi a política de Blair para o Iraque. Os defensores da multipolaridade consideram que a oposição à política da administração Bush deve ser frontal e apoiar-se em alianças de equilíbrio. Caricaturando, foi essa a política da França e da Alemanha.

Se a União Europeia optar pela terceira via, a via multilateral, procurará o alinhamento crítico com os Estados Unidos. Mas para tal terá que se afirmar, em bloco, autonomamente, como um pólo identificável pela sua visão da ordem do mundo sob o reino da lei. Mostra o Iraque que, sem unidade entre os europeus, nem oposição frontal nem alinhamento automático fizeram inflectir os Estados Unidos. Falta testar se a União Europeia, unida, é ou não capaz de influenciar decisivamente a política americana. E esse é o ponto crucial que decide se o mundo de hoje – inapelavelmente unipolar desde o final da guerra fria – torna a pender ou não, no interesse geral, para o lado do multilateralismo que começava a imperar no final do século vinte.